

LEI Nº 9, DE 16 DE JULHO DE 1851.

Orça a Receita e fixa a Despesa das Câmaras Municipais da Província para o ano financeiro de 01/10/1851 a 30/09/1852. *Ementa inserida pelo IMPL*.

Augusto Leverger, Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial, Cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Official da Rosa e Presidente da Provincia de Matto Grosso: Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte.

Capitulo 1º.

Da Despeza

§ 1°. A Camara da Cidade do Cuyabá		9:391\$127
a saber		
1°. Ordenado do Secretario	400\$000	
2°. Dito ao Fiscal	360\$000	
3°. Dito ao Porteiro	150\$000	
4°. Dez por cento das Rendas do anno ao Procurador, e		
quinze por cento ao mesmo da divida activa	1:579\$788	
5°. Gratificação ao encarregado do Relogio da Sé com	120\$000	
obrigação de concertal-o		
6°. Assignatura da Folha Official	12\$000	
7°. Livros para Juizes de Paz	20\$000	
8°. Expediente do Jury e custas	150\$000	
9°. Festa de Corpus Christi	150\$000	
10°. Mobilia para a Casa da Camara	100\$000	
11°. Luzes para a Cadêa	90\$000	
12°. Calçadas, reparos de bicas, aterros e limpeza de ruas	4:200\$000	
13°. Reparos da casa do açougue e curral	100\$000	
14°. Pagamento á viuva de Francisco Manoel d'Araujo de		
juros vencidos do 1º de Julho de 1848 á 30 de Setembro de		
1852, caso nada tenha recebido no financeiro de 1850 á 1851,		
e a Simão José da Luz	889\$339	
15°. Dito de custas atrasados em que tem sido condemnada a	800\$000	
Camara, á vista dos respectivos mandados		

16°. Expediente e Eleições	220\$000 <u>50\$000</u>	
§ 2º. A Camara da Villa do Diamantino		1:372\$155
a saber 1°. Ordenado ao	200\$000	
Secretario	50\$000	
Porteiro	30\$000	
3°. Dez por cento das Rendas do anno ao Procurador, e		
quinze por cento são mesmo da divida activa	200\$000	
4°. Concertos de estradas e pontes	400\$000	
5°. Dita da casa da Camara, aterros e limpeza de ruas	200\$000	
6°. Assignatura da Folha	12\$000	
Official		
7°. Recepção do Juiz de Direito, despezas do Jury e custas	120\$000	
8°. Luzes para a	30\$000	
Cadêa		
9°.	40\$000	
Expediente		
10°. Eventuaes e	<u>120\$000</u>	
Eleições		
§ 3°. A Camara da Villa de Poconé a saber 1°. Ordenado ao Secretario	100\$000 50\$000 147\$066 12\$000 30\$000 70\$000 50\$000 427\$220 20\$000 50\$000	1:055\$284
§ 4°. A Camara da Cidade de Matto Grosso a saber 1°. Ordenado ao Secretario	200\$000 50\$000 171\$084 12\$000 80\$000	1:468\$084

6°. Luzes para a mesma	28\$000 80\$000
Guaporé, Samaré e Alegre	120\$000
Lima	637\$000 40\$000 <u>50\$00</u>

Capitulo 2°.

Da Receita

§ 1°. A Camara da Cidade do Cuyabá		11:899\$924
a saber		
1°. Foros de terrenos concedidos	1:000\$000	
2°. Direito sobre o gado vaccum	800\$000	
3°. Dito de Aferição	400\$000	
4°. Chancellaria Municipal	726\$000	
5°. Imposto sobre Alambiques	310\$000	
6°. Dito sobre carros	72\$000	
7°. Aluguel da casa d' Açougue	60\$000	
8°. Imposto sobre canoas e frasqueiras de liquido vindas de São		
Paulo	20\$000	
9°. Multas diversas na fórma das Leis e Regulamentos	716\$000	
10°. Divida activa proveniente de foros, imposto de cabeças de		
gado, Alambiques, Aferição e de Multas por faltas ás Sessões do		
Jury verificada nos financeiros de 1834 a 30 de Setembro de	<u>7:795\$924</u>	
1850		

§ 2°. A da Camara da Villa do Diamantino 1:942\$406 a saber 1°. Foros de terrenos 44\$110 concedidos..... 2°. Imposto de 30\$000 Aferição.... 3°. Dito sobre 70\$000 Alambiques..... 4°. Dito sobre o gado vaccum na fórma de suas 60\$000 Posturas..... 5°. Dito de 4\$000 reis sobre cada huma arroba de 600\$000 guaraná.....

6°. Dito sobre canoas e liquidos vindos do Pará 7°. Chancellaria Municipal	80\$000 60\$000 40\$000 <u>958\$296</u>	
§ 3°. A da Camara da Villa de Poconé a saber 1°. Foros de terrenos concedidos	6\$000 42\$000 50\$000 12\$000 14\$400 60\$000 120\$000 # 777\$500 600\$000	1:681\$900
§ 4°. A da Camara da Cidade de Matto Grosso a saber 1°. Foros de terrenos concedidos 2°. Imposto de Aferição 3°. Dito sobre Alambiques 4°. Dito de 600 reis sobre o gado do consumo 5°. Dito sobre os liquidos e canoas vindas do Pará 6°. Dito de 4\$reis por arroba de guaraná 7°. Dito de 2\$reis sobre cada rez de ventre productivo que se matar 8°. Dito sobre as casas em que se vender agoa-ardente na fórma estabelecida pela Lei nº 14 de 30 de Dezembro de 1836 9°. Supprimento pelo Cofre Provincial para passagem de rios 10°. Chancellaria Municipal 11°. Multas diversas 12°. Divida activa	50\$479 80\$000 90\$000 80\$000 80\$000 48\$000 10\$000 120\$000 80\$000 24\$000 757\$585	1:520\$064

Capitulo 3°.

Disposições Geraes

 $\mathbf{Art^o.~3^o}$. Os Fiscaes, que não perceberem gratificação terão hum quarto do producto das multas, cuja effectividade promoverem.

Artº. 4º. Continuão em vigor os artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 11 de 5 de Julho de 1850, e todas as mais disposições de Leis de Orçamento anteriores que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza.

Artº. 5º. Ficão approvadas as contas das Camaras Municipaes da Provincia relativas ao anno financeiro de 1º de Outubro de 1849 á 30 de Setembro de 1850.

Art. 6°. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Palacio do Governo de Matto Grosso em Cuyabá aos onze de Julho de mil oitocentos e cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Augusto Leverger

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, que houve por bem sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despeza das Camaras Municipaes da Provincia para o anno financeiro de 1º de Outubro de 1851 á 30 de Setembro de 1852, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Francisco Vieira de Barros Junior a fez.

Foi sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo de Matto Grosso aos 11 de Julho de 1851.

O Secretario da Provincia

Joaq. ^m Felicissimo d'Alm. ^{da} Louzáda

Registada af. ⁷⁰.no L.º 3 de Leis . Secretaria do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 16 de Julho de 1851.

José Maria d'Abrêo